



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Instituto Estadual do Ambiente  
Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade apresentar os critérios norteadores para viabilizar a contratação de empresa para prestação de serviços em apoio à operação do CETAS-Seropédica/RJ e das Áreas de Soltura de Animais Silvestres (ASAS) localizadas no estado, em atendimento ao Acordo de Cooperação Técnica 24/2024 (ACT 24/2024) celebrado entre o INEA e o IBAMA para a gestão compartilhada do CETAS e das ASAS.

#### 1.1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo (SEI-070002/013630/2024).

#### 1.2. RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação tem como objetivo viabilizar a operação do CETAS-Seropédica/RJ e das Áreas de Soltura de Animais Silvestres (ASAS) certificadas no estado, com equipe especializada atuando no recebimento, identificação, marcação, triagem, avaliação, recuperação, reabilitação, destinação, aclimação, soltura e monitoramento de animais silvestres, além do fornecimento de alimentos, exames laboratoriais e infraestrutura operacional.

### 2. NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

#### 2.1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE / JUSTIFICATIVA

Atualmente o CETAS-Seropédica/RJ é o único em funcionamento no estado do Rio de Janeiro e opera sob a gestão do IBAMA. Com o objetivo de estabelecer uma gestão compartilhada dos CETAS sob tutela federal, a Instrução Normativa IBAMA nº 05 de 13 de maio de 2021 (IN IBAMA 05/2021) em seu artigo 37 declara que o recebimento de animais oriundos de apreensões estaduais, distritais e municipais fica condicionado à celebração de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) para compartilhamento dos custos operacionais com os respectivos órgãos estaduais de meio ambiente. Para atendimento a IN IBAMA 05/2021, foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica 24/2024 (ACT 24/2024) entre o INEA e o IBAMA, havendo no documento, a repartição das responsabilidades e atribuições para a gestão do CETAS-Seropédica/RJ.

Objetivos específicos:

- Contratar equipe para planejar e executar as atividades operacionais rotineiras do CETAS.
- Fornecer produtos alimentícios.
- Realizar análises e exames laboratoriais.

- Realizar solturas dos animais e monitoramento de avifauna em ASAS.
- Adquirir e fornecer equipamentos para as amostragens de avifauna.
- Fornecer computadores e assistência técnica.
- Adquirir e fornecer veículo, manutenção e operação.
- Realizar análise crítica da atuação do CETAS no período de vigência do contrato.

## 2.2. ÁREA REQUISITANTE

- Órgão/Entidade: Instituto Estadual do Ambiente - INEA
- Diretoria: Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas - DIRBAPE
- Unidade/Setor/Departamento: Gerência de Fauna (GERFAU).

## 2.3. RESPONSÁVEL PELA DEMANDA:

Nome: Andrea Yuri Takitani Miguel de Azevedo  
 ID Funcional: 4461092-0  
 Telefone: (21) 98886-9962  
 E-mail: andreatakitani.inea@gmail.com

## 3. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 3.1. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO\

#### Atividade 1: Elaboração, apresentação e entrega do Plano de Trabalho

A CONTRATADA deverá agendar e realizar reunião inicial com o INEA (GERFAU/DIRBAPE) até 10 (dez) dias úteis a partir da assinatura do contrato para apresentação do Plano de Trabalho (PT) e pactuação das etapas e do cronograma planejado com a equipe da CONTRATANTE.

- O Plano de Trabalho deverá ser conciso, objetivo e claro, contendo minimamente:
- Contextualização, contando com uma breve visão geral do projeto;
- Objetivos gerais e específicos;
- Descrição geral;
- Relação das atividades a serem desenvolvidas;
- Cronograma de execução, contando com os prazos de entrega dos produtos;
- Metodologia simplificada adotada em cada atividade, trazendo as principais abordagens;
- Os riscos que podem afetar a execução;
- Matriz de responsabilidades;
- Fluxos propostos para envio e aprovação dos produtos, incluindo os canais e meios de comunicação direta.

O PT contendo os ajustes indicados pela equipe do INEA na reunião inicial, deverá ser enviado pela CONTRATADA em até 15 (quinze) dias após a referida reunião.

Caso haja necessidade, o INEA poderá indicar novos ajustes no PT apresentado e solicitar uma nova reunião para adequação, seguindo o fluxo acordado entre INEA e CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá registrar todas as reuniões em atas e disponibilizá-las para o INEA dentro dos relatórios mensais.

## **Atividade 2: Planejamento e execução das atividades operacionais rotineiras do CETAS.**

Será de responsabilidade da CONTRATADA a alocação da equipe técnica mínima descrita no **Anexo I - Qualificação técnica e matriz de responsabilidades** (94297434).

A equipe CONTRATADA deverá planejar e realizar as atividades cotidianas e operacionais dos CETAS como: receber, identificar, marcar, triar, avaliar, recuperar, reabilitar e destinar animais silvestres oriundos de instituições estaduais, provenientes da ação da fiscalização e resgate, em ação conjunta com os partícipes do ACT.

Faz parte das atribuições da equipe a realização das atividades externas ao CETAS, como solturas, monitoramentos e resgates, descritas no **Anexo I**. Para a execução dessas atividades, inclui-se condução do veículo a ser fornecido pela CONTRATADA. Nestas ocasiões, a CONTRATADA deverá custear a alimentação e a estadia dos membros da equipe, fornecendo diárias, usando como base o descrito nas tabelas presentes no **Anexo II - Produtos alimentícios** (93570751).

A CONTRATADA deverá manter a equipe técnica sempre capacitada e com técnica apurada, estimulando e custeando a participação dos profissionais em congressos e encontros voltados para o tema do contrato.

A equipe CONTRATADA deverá elaborar, em conjunto com a equipe do INEA, os seguintes protocolos, contemplando a ação conjunta entre os partícipes do ACT:

- a) Protocolo para o recebimento, a identificação, a marcação e a triagem dos animais recebidos no CETAS, de acordo com a origem da apreensão;
- b) Protocolo para avaliação e o manejo dos animais recebidos no CETAS, de acordo com a origem da apreensão;
- c) Protocolo para o atendimento médico-veterinário de animais recebidos no CETAS/RJ, de acordo com a origem da apreensão;
- d) Protocolo para a reabilitação e destinação de animais recebidos no CETAS;
- e) Protocolo para a realização de solturas;
- f) Protocolo para o levantamento e o monitoramento de avifauna;
- g) Protocolo para a destinação de carcaças e demais materiais contaminantes oriundos do CETAS;
- h) Protocolo para controle de pragas e vetores no CETAS.

Estes protocolos deverão compor o Produto 2 - Relatório mensal referente ao segundo mês da contratação.

## **Atividade 3: Aquisição e fornecimento de produtos alimentícios.**

A CONTRATADA deverá proporcionar o fornecimento ininterrupto dos produtos alimentícios descritos no **Anexo II**.

A CONTRATADA deverá planejar e organizar as entregas dos produtos alimentícios (respeitando o **Anexo II**), mediante a entrega de uma Ordem de Serviço, aprovada pela equipe do INEA.

A relação constante nas tabelas do **Anexo II** refere-se a média estimada de consumo anual de funcionamento do CETAS e deverá ser adquirida pela empresa contratada e fornecida conforme a demanda solicitada pelo corpo técnico do CETAS, em quantidade e frequência, podendo haver alterações pontuais, conforme solicitado pela CONTRATANTE.

Visando atender demandas de emergência, o INEA poderá solicitar entregas extraordinárias, que deverão ser atendidas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Os produtos descritos devem ser entregues em estado adequado para consumo, íntegros, sem sujeiras, parasitas, larvas ou fungos, devendo estar com grau de maturação adequado, que permita suportar a manipulação e o transporte.

Os produtos de origem animal devem ser oriundos de estabelecimentos com registro no serviço de inspeção oficial.

A equipe CONTRATADA deverá averiguar os produtos alimentícios no momento da entrega, comparando as especificações, quantidades e validades com o que foi previsto no TR e na Ordem de Serviço mensal.

Ficará a cargo da CONTRATADA providenciar a troca dos produtos impróprios para consumo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da ciência do defeito, salvo nos casos devidamente justificados.

É de responsabilidade da CONTRATADA os custos com o transporte dos produtos, dentro do prazo de garantia, independentemente do número de ocorrências, quando a troca não ocorrer no local de entrega dos materiais.

O INEA poderá solicitar alteração nas quantidades e descrições dos produtos listados nas tabelas do **Anexo II** a qualquer momento, respeitando o orçamento previsto.

### **Serviço 3.1:** Fornecimento de alimentos não perecíveis.

A CONTRATADA deverá realizar a entrega da ração, sementes e suplementos alimentares previstos no **Anexo II**, mensalmente, de segunda a sexta-feira, das 8 às 17 horas, devendo a CONTRATADA agendar a mesma por e-mail oficial e, caso necessário, telefone, com antecedência de 07 (sete) dias.

A validade dos produtos a serem entregues deverá ser de pelo menos seis meses antes do término.

### **Serviço 3.2:** Fornecimento de alimentos perecíveis.

A CONTRATADA deverá realizar a entrega dos hortifrutigranjeiros e carnes, previstos no **Anexo II**.

Os hortifrutigranjeiros, deverão ser entregues duas vezes por semana, das 8 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, em dias acordados entre a CONTRATADA e INEA.

A validade dos hortifrutigranjeiros perecíveis a serem entregues deverá ser de pelo menos três dias ou mais, ou seja, devem estar em boas condições até a data da entrega seguinte e deverão ser transportados em veículo com refrigeração.

As carnes congeladas deverão ser entregues uma vez a cada duas semanas, das 8 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, devendo a CONTRATADA agendar a mesma por e-mail oficial e, caso necessário, telefone, com antecedência de 07 (sete) dias.

A validade das carnes congeladas perecíveis a serem entregues deverá ser de, pelo menos, três meses ou mais e deverão ser transportadas em veículo com refrigeração.

### **Atividade 4:** Realização de análises e exames laboratoriais.

A CONTRATADA deverá realizar a coleta das amostras biológicas e viabilizar a realização de exames moleculares de todos os psitacídeos recebidos no CETAS, a partir de amostras individuais ou por meio de pool biológico de até três aves, utilizando a metodologia Polimerase Chain Reaction – PCR.

A CONTRATADA deverá arcar com os custos da coleta, armazenamento e transporte do material biológico para a realização dos exames, caso o laboratório onde estes serão realizados não forneça o material e serviço necessários.

Os laboratórios onde serão realizados os exames deverão estar regularmente licenciados e autorizados pelos órgãos competentes para atuar nesta finalidade.

A CONTRATADA deverá providenciar a logística para a retirada das amostras biológicas pelo laboratório no CETAS, localizado na Flona Mário Xavier, rodovia BR-465, km 3,5, bairro Boa Esperança, município de Seropédica/RJ, CEP 23.894-890, com data e horário a combinar ou encaminhar via Correios ou transportadora, as amostras para os laboratórios.

O serviço de transporte, a cargo da CONTRATADA, deverá garantir que as amostras serão mantidas em condições adequadas durante o transporte, de forma a garantir a estabilidade da amostra desde o momento da retirada até a entrega no local de processamento.

A equipe da CONTRATADA será responsável pela correta identificação das amostras.

A CONTRATADA deverá encaminhar os laudos dos exames realizados anexados ao relatório mensal. Em caso de resultado positivo, deverá comunicar o INEA e adotar os procedimentos previstos no Protocolo para Atendimento Veterinário.

A CONTRATADA deverá realizar a repetição dos exames laboratoriais como contraprova quando houver justificativa técnica (resultado positivo, animal apresentando sinais clínicos ou suspeita de ocorrência de surto no plantel). A contraprova não poderá ser realizada no laboratório onde foi realizada a primeira análise.

#### **Serviço 4.1:** Realização dos exames laboratoriais para detecção de agentes.

Os exames deverão ser solicitados e realizados conforme a demanda de recebimento de psitacídeos.

A CONTRATADA deverá disponibilizar 500 exames laboratoriais de Bornavírus aviário (PDD), Circovírus de psitacídeos (PBFD) e Herpesvírus de psitacídeos (Doença de Pacheco) por ano. Prevê-se um acréscimo de 20% do quantitativo para a realização de contraprova.

A CONTRATADA deverá disponibilizar 1000 exames laboratoriais de Chlamydia psittaci por ano.

#### **Atividade 5:** Realização de atividades externas ao CETAS

A CONTRATADA deverá planejar, organizar, executar e reportar atividades externas ao CETAS, como:

- Solturas, levantamentos e monitoramentos de avifauna em ASAS e potenciais ASAS identificadas pelo INEA;
- Resgates de fauna;
- Transporte de fauna entre centros de atendimento.

#### **Serviço 5.1:** Realização de solturas, levantamentos e monitoramentos de avifauna em ASAS e potenciais ASAS identificadas pelo INEA.

A equipe contratada deverá apoiar a identificação, avaliação e cadastramento das Áreas de Soltura de Animais Silvestres (ASAS), no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

A equipe contratada deverá estar apta a realizar solturas e monitoramento de avifauna.

A equipe contratada deverá realizar 03 (três) campanhas de 03 (três) dias por mês para levantamento, soltura e monitoramento de avifauna em ASAS certificadas ou potenciais ASAS identificadas pelo INEA dentro do território do Estado do Rio de Janeiro.

As metodologias utilizadas nessas atividades deverão ser definidas no Protocolo para a realização de solturas e no Protocolo para o levantamento e o monitoramento de avifauna, podendo ser ajustada, em conjunto com o INEA, conforme as características geográficas da localidade, dos equipamentos usados no monitoramento e de acessos e particularidades logísticas.

A equipe contratada deverá apresentar mensalmente o planejamento para a execução das atividades referidas neste Serviço, sendo as áreas a serem amostradas definidas em conjunto com o INEA.

Deverão constar no relatório do monitoramento, no mínimo, informações sobre a equipe presente em campo, localidade, data (início e fim da atividade), metodologia(s) utilizada(s), espécies observadas, espécimes observados (no caso de identificação dos indivíduos translocados) e observações

sobre a biodiversidade e condições gerais, quando necessário.

A CONTRATADA deverá disponibilizar para o INEA os dados brutos tabelados referentes ao monitoramento de fauna, conforme prazos e especificações a serem definidas no Plano de Trabalho.

A CONTRATADA deverá reportar ao INEA imediatamente caso seja observada morbidade e mortalidade em massa.

Os procedimentos de soltura e monitoramento devem seguir os protocolos elaborados pelas equipes atuantes no CETAS e por representantes do INEA.

#### **Serviço 5.2:** Realização de resgates de fauna.

A equipe CONTRATADA deverá estar apta a realizar resgates de fauna sempre que necessário.

A equipe CONTRATADA deverá realizar, pelo menos, 01 (uma) ação de resgate por mês, caso necessária.

Deverão constar no relatório do resgate, no mínimo, informações sobre a equipe presente em campo, localidade, data (início e fim da atividade), metodologia(s) utilizada(s), espécies observadas, espécimes observados (no caso de identificação dos indivíduos resgatados) e observações sobre o estado de saúde dos animais resgatados e as condições do local do resgate.

Os procedimentos de resgate devem seguir os protocolos elaborados pelas equipes atuantes no CETAS e por representantes dos órgãos ambientais.

#### **Serviço 5.3:** Realização de transporte de animais entre unidades de atendimento.

A equipe CONTRATADA deverá estar apta a realizar transporte de animais entre unidades de atendimento como CETRAS, CRAS, entre outros, sempre que necessário.

A equipe CONTRATADA deverá realizar, pelo menos, 02 (duas) ações de transporte por mês, caso necessário.

Deverão constar no relatório de transporte, no mínimo, informações sobre a equipe presente, localidade, data (início e fim da atividade), metodologia(s) utilizada(s), espécies observadas, espécimes observados (no caso de identificação dos indivíduos transportados) e observações sobre o estado de saúde dos animais transportados.

Os procedimentos de transporte devem seguir os protocolos elaborados pelas equipes atuantes no CETAS e por representantes dos órgãos ambientais.

#### **Atividade 6:** Aquisição e fornecimento de equipamentos para a realização das atividades de amostragem de avifauna e resgates de fauna.

A CONTRATADA deverá adquirir e fornecer os equipamentos descritos nas Tabelas A e B do **Anexo III - Lista de equipamentos** (93570975) e nos prazos previstos no **Anexo IV - Cronograma de execução e desembolso** (93571802), para a realização das atividades externas ao CETAS, previstas na Atividade 5.

A equipe contratada deverá averiguar os equipamentos no momento da entrega, comparando as especificações e quantidades com o que foi previsto no TR. Fica a cargo da CONTRATADA providenciar a troca dos equipamentos defeituosos.

É de responsabilidade da CONTRATADA arcar com os custos de transporte dos materiais recusados, independentemente do número de ocorrências, quando a substituição adequada não ocorrer no local de entrega dos mesmos.

É de responsabilidade da CONTRATADA manter o pleno funcionamento dos equipamentos, devendo realizar manutenção preventiva, eventuais consertos e substituí-los quando necessário, a fim de não interromper sua utilização durante o período do projeto.

Os equipamentos adquiridos deverão ser doados ao INEA ao término do contrato.

**Atividade 7: Fornecimento de computadores e assistência técnica.**

A CONTRATADA deverá fornecer à equipe que irá atuar no CETAS-Seropédica/RJ 08 (oito) computadores, mantendo o funcionamento dos aparelhos para uso no local.

Os computadores deverão ter acesso aos sistemas de controle de plantel/entrada/saída de empreendimentos de fauna silvestre, como SisCetas, Sisfauna, Sispas, entre outros e estar equipado com, no mínimo, pacote de aplicativos de escritório, de sistema de informação geográfica (SIGs) e outros softwares pertinentes.

Os computadores fornecidos devem possuir as especificações mínimas:

- Processador: 12 núcleos, 24 threads, cache de 18 MB e clock mínimo de 2,10 GHz;
- Memória RAM: 32 GB (2 x 16) de RAM DDR4 frequência mínima de 3200 MHz;
- Armazenamento: SSD de 256 GB ou superior;
- Placa de vídeo: Placa de vídeo dedicada;
- Monitor: Monitor de 22 polegadas ou superior;
- Sistema Operacional: *Windows* 10 Pro ou superior;
- Conectividade: Wi-Fi integrado e várias portas USB para conectar dispositivos externos;
- No-break compatível;
- Mousepad;
- Mouse;
- Teclado;
- Headset.

Em virtude de se manter a compatibilidade com plataformas e padrões dos computadores já adotados pelo INEA, indicou-se o sistema operacional *Windows* 10 Pro ou superior nas especificações mínimas dos computadores.

**Atividade 8: Fornecimento, manutenção e operação do veículo.**

A empresa CONTRATADA deverá fornecer 01 (um) veículo à equipe que irá atuar no CETAS, mantendo seu pleno funcionamento para as seguintes funções:

- Realização de ações de resgate de fauna;
- Transporte de animais silvestres oriundos de ações de resgate realizadas pelo INEA ou IBAMA;
- Transporte de animais silvestres entre unidades de atendimento à fauna (CETAS, CRAS, CETRAS, CAFS, entre outros) e CETAS ou ASAS, quando solicitado;
- Transporte dos animais do CETAS para as Áreas de Soltura de Animais Silvestres – ASAS cadastradas no IBAMA ou potenciais ASAS identificadas pelo INEA;
- Atividades de soltura, levantamento e monitoramento de fauna em ASAS e potenciais ASAS identificadas pelo INEA.

**Serviço 8.1: Aquisição do veículo.**

O veículo a ser fornecido deverá ser adquirido pela CONTRATADA e deverá ser doado ao

INEA ao fim do contrato.

O veículo adquirido deve ter as seguintes especificações mínimas:

- Tração 4x4;
- Quatro portas;
- Capacidade de carga mínima: 1000 Kg;
- Motor: Diesel com potência mínima de 200 cv;
- Transmissão: Manual ou automática, com 6 velocidades;
- Direção: hidráulica ou elétrica;
- Comprimento mínimo: 5,0 metros;
- Altura mínima: 1,80 metros;
- Largura mínima: 1,80 metros;
- Caçamba: 1000 litros com capota em fibra de vidro e com janelas de correr;
- Climatização: Ar-condicionado nos dois ambientes (motorista e área de carga);
- Janelas: Deve haver janelas na área da carga para garantir ventilação adequada para os animais;
- Capacidade do tanque: 80 litros;
- Roda: aro 18;
- Piso: Antiderrapante e limpeza fácil;
- Iluminação: Cabine e na área da carga deve ter iluminação adequada para permitir que os animais sejam visualizados facilmente durante o transporte.

#### **Serviço 8.2:** Manutenção e operação do veículo.

A CONTRATADA deverá manter o veículo em pleno funcionamento durante toda a vigência do contrato, responsabilizando-se pelos custos referentes à manutenção, além de pedágio e combustível durante a execução das atividades listadas.

Os referenciais para cálculo-base para a estimativa do consumo de combustível durante as atividades está previsto na Tabela A do **Anexo V - Referências para a estimativa de gastos** (93572007).

Para estimativa do custo referente à combustível e pedágio, a contratada deverá indicar os valores unitários e a metodologia de formação dos mesmos, demonstrando-os no **Anexo VI - Planilha de composição de custos** (93572049).

Para fins de faturamento, a CONTRATADA deverá apresentar, anexado ao relatório mensal, todos os comprovantes e notas fiscais referentes aos pedágios pagos e abastecimentos realizados no período.

#### **Atividade 9:** Fazer uma análise crítica da atuação do CETAS no período de vigência do contrato.

Ao final de cada ano da execução, a CONTRATADA deverá elaborar um Relatório anual, contendo o levantamento e avaliação geral de todas as ações de recebimento, identificação, marcação, triagem, avaliação, recuperação, reabilitação, destinação, soltura e monitoramento realizadas ao longo do projeto, trazendo os principais resultados.

O Relatório anual deverá conter:

- Sumário executivo;
- Visão geral concisa e crítica do planejamento das atividades e serviços, seus objetivos e resultados alcançados;



- Descrição das etapas-chave e atividades realizadas;
- Apresentação dos resultados obtidos, com uma análise integrada;
- Gráficos, tabelas ou outras representações visuais para sistematizar as informações e resultados alcançados;
- Comparação dos resultados com os objetivos iniciais do projeto para o ano vigente;
- Dificuldades encontradas e soluções aplicadas;
- Discussão sobre as implicações práticas e teóricas dos resultados;
- Recomendações para a melhoria dos procedimentos no próximo ciclo;
- Mapa georreferenciado com as ASAS onde ocorreram ações de soltura e monitoramento de fauna;
- Banco de imagens;
- Bibliografia completa.

Além da estrutura apresentada, o último relatório anual deverá conter uma compilação dos resultados obtidos ao longo de todo o projeto, comparando-os com os objetivos iniciais do mesmo e trazendo recomendações para projetos futuros com base nas experiências adquiridas.

### 3.2. PRODUTOS

São os produtos a serem entregues pela CONTRATADA:

- **Produto 1:** Plano de Trabalho;
  - Produto da Atividade 1.
- **Produto 2:** Relatórios mensais;
  - Produto das Atividades 2 e 5.
- **Produto 3:** Relatório de aquisição e fornecimento de alimentos
  - Produto da Atividade 3.
- **Produto 4:** Relatório de realização de exames laboratoriais;
  - Produto da Atividade 4.
- **Produto 5:** Relatório de aquisição e fornecimento de equipamentos de amostragem de avifauna;
  - Produto da Atividade 6.
- **Produto 6:** Relatório de disponibilização de equipamentos de T.I;
  - Produto da Atividade 7.
- **Produto 7:** Relatório de disponibilização de veículo;
  - Produto da Atividade 8.
- **Produto 8:** Relatório anual;
  - Produto da Atividade 9.

Embora sejam produtos distintos, todos os relatórios deverão ser apresentados como componentes do Relatório Mensal (Produto 2), sendo devidamente separados por tópico, conforme classificação acima.

### 3.3. LOCAL DAS ATIVIDADES E ENTREGA DOS PRODUTOS

A CONTRATADA deverá planejar e esquematizar a logística para entrega dos produtos alimentícios de acordo com a periodicidade descrita, e dos equipamentos, na Flona Mário Xavier, rodovia BR-465, km 3,5, bairro Boa Esperança, município de Seropédica/RJ, CEP 23.894-890.

A CONTRATADA deverá providenciar a logística para a retirada das amostras biológicas na Flona Mário Xavier, rodovia BR-465, km 3,5, bairro Boa Esperança, município de Seropédica/RJ, CEP 23.894-890, com data e horário a combinar ou encaminhar via Correios ou transportadora, as amostras para os laboratórios.

### 3.4. JUSTIFICATIVA DOS QUANTITATIVOS ADOTADOS

O número de profissionais designados, equipamentos (computadores) e veículos a serem fornecidos pela contratada estão descritos no Acordo de Cooperação Técnica 24/2024 (ACT 24/2024) celebrado entre o INEA e o IBAMA para a gestão compartilhada do CETAS-Seropédica/RJ e das Áreas de Soltura de Animais Silvestres (ASAS) localizadas no território do estado do Rio de Janeiro. O quantitativo de exames de saúde e alimentos foi estimado a partir de informações referentes ao número de animais recebidos no CETAS-Seropédica/RJ nos anos anteriores.

## 4. ANÁLISE DO CENÁRIO

### 4.1. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO

Foram identificadas três soluções possíveis para a execução do serviço:

#### Cenário 1: Utilização de recursos humanos próprios

Este cenário consiste na realização das ações formativas por meio de execução direta, onde o INEA utiliza seus próprios recursos humanos.

Para esta hipótese, o estudo baseou-se em preencher as funções requeridas, através da alocação de profissionais que já compõem o quadro do INEA.

Esta proposta tem como ponto positivo que o serviço seja desempenhado de forma contínua com profissionais mais experientes ao longo do tempo, ao fim da curva de aprendizado característica da função.

Entretanto, os servidores que compõem o quadro atual do INEA prestaram concurso para área específica de sua formação acadêmica, conforme vagas contidas no edital à época, que não necessariamente contempla a aptidão necessária para o desempenho das funções atreladas ao projeto. Além disso, o INEA possui carência de profissionais, com tendência de aumento de vacância dos cargos por licenças e demais afastamentos, tendo em vista as aposentadorias e escassez na realização de concursos públicos.

Sendo assim, este cenário após análise, evidencia que os servidores concursados desta Pasta possuem suas funções específicas fundamentadas em legislações próprias, não sendo permissivo legal o reaproveitamento para outras funções laborativas, que não seja àquela que prestou concurso público.

#### Cenário 2: Promoção de Concurso Público

Este cenário tem por objetivo analisar a possibilidade de execução de concurso público, considerando as especificações, metodologia e quantidade compatíveis com as necessidades do INEA, visando contemplar o objeto desta demanda na oferta de profissionais para atender as demandas de escopo já elencadas acima.

Como no Cenário 1, esta proposta tem como ponto positivo que o serviço seja desempenhado de forma contínua com profissionais mais experientes ao longo do tempo, ao fim da curva de aprendizado característica da função, e com a desaceleração do mercado de trabalho, há profissionais capacitados disponíveis que poderiam se interessar em prestar o concurso.

Entretanto, há restrição à realização de novos concursos públicos como contrapartida à adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), além dos custos inerentes ao treinamento específico e previsão de pagamento ou compensação pelo trabalho realizado fora do horário comercial, característico da atividade em tela.

#### Cenário 3: Contratação de empresa especializada

Este cenário consiste na realização das ações especificadas neste documento por meio da contratação de serviço especializado por meio de processo licitatório.

Esta proposta tem como pontos positivos celeridade para o início da prestação do serviço e a contratação de profissionais qualificados para exercerem as funções específicas descritas para o presente projeto.

Como pontos de atenção, estão os riscos associados à possibilidade de interrupção da prestação de serviços por parte da contratada em virtude de questões financeiras ou escassez de recurso orçamentário, maior custo global ou prestação de serviço precário em desconformidade com o Termo de Referência. Entretanto, tais riscos podem e devem ser minimizados por meio de uma gestão e fiscalização contratual eficiente.

As licitações possuem importante papel nas finanças públicas, são definidoras da qualidade do gasto público, e se situam como o elo entre a arrecadação dos tributos (etapas da receita) e do dispêndio (etapas da despesa), conferindo a legitimidade legal de que a Administração Pública está efetuando o negócio mais vantajoso, de que os princípios legais da impessoalidade, moralidade e eficiência estão sendo respeitados e que não há impedimentos para os que desejam contratar com o Estado.

## **4.2. AVALIAÇÃO COMPARATIVA (benchmarking)**

### **4.2.1. Contratações similares feitas pelo próprio Órgão/Entidade**

Não foram encontradas contratações similares pelo Órgão.

### **4.2.2. Contratações similares feitas por outros órgãos e entidades**

Não foram encontradas contratações similares feita por outros órgãos.

## **4.3. ESTIMATIVA DE CUSTOS DOS CENÁRIOS PROPOSTOS**

O valor estimado da contratação é de **R\$ 22.872.180,03 (vinte e dois milhões, oitocentos e setenta e dois mil cento e oitenta reais e três centavos)**, em consonância com a Memória de Cálculo (93364042).

## **4.4. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DE CENÁRIO**

Considerando que esta Autarquia não tem disponível em seu quadro de pessoal as expertises das funções demandadas e que não pode, conforme a Lei Federal nº 8.112/90, desviar funções e/ou atribuições de seus servidores para suprir a carência desses profissionais.

Considerando que o Estado do Rio de Janeiro está em regime de recuperação fiscal desde 2022 e não há a possibilidade de realização de concursos públicos, conforme inciso V do artigo 8º da Lei Complementar nº 159/2017.

Entende-se que o cenário 3 (três) é a melhor alternativa para atender a demanda por apoio às atividades relacionados ao projeto para o atendimento ao ACT 24/2024 celebrado entre o INEA e o IBAMA para a viabilizar a operação do CETAS-Seropédica/RJ e das Áreas de Soltura de Animais Silvestres (ASAS) certificadas no Estado, com equipe especializada atuando no recebimento, identificação, marcação, triagem, avaliação, recuperação, reabilitação, destinação, aclimação, soltura e monitoramento de animais silvestres, além do fornecimento de alimentos, exames laboratoriais e infraestrutura operacional.

## **5. SOLUÇÃO**

### **5.1. DEFINIÇÃO SUCINTA DO OBJETO**

Contratação de empresa para prestação de serviços em apoio à operação do CETAS-Seropédica/RJ e das ASAS localizadas no estado, em atendimento ao ACT 24/2024 celebrado entre o

5.2. IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS, QUANTIDADES E UNIDADES

CÓDIGO SIGA	ID	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
0308.002.0088	137621	SERVICOS DE APOIO AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, TECNICAS E OPERACIONAIS, DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GERENCIAMENTO, PRESTACAO DE SERVICO DE APOIO AS ATIVIDADES TECNICAS E OPERACIONAIS	SERVIÇO

5.3. ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO DO OBJETO

O parcelamento dos itens não se mostra uma opção conveniente. Levando em consideração o mercado fornecedor e a diferença de materialidade, o parcelamento levaria a perda de escala e não mostra um melhor aproveitamento do mercado e nem a ampliação da competitividade.

Orienta-se que a licitação seja realizada de forma global, dentro dos termos da Lei 14.133/2021, seguindo ainda as orientações previstas na Resolução PGE nº 4.588/2020, levando em consideração a eficiência técnica mais satisfatória, tendo em vista a complexidade do objeto, para se manter a qualidade do empreendimento e que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador. Nesse ponto, as vantagens podem ser localizadas no maior nível de controle pela Administração na execução do objeto, a maior interação entre as diferentes fases do empreendimento, a maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos. O Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, no Parecer nº 2086/00, elaborado no Processo nº 194/2000 do TCDF, ensina que:

*"Desse modo a regra do parcelamento deve ser coordenada com o requisito que a própria lei definiu: só se pode falar em parcelamento quando há viabilidade técnica para sua adoção. Não se imagina, quando o objeto é fisicamente único, como um automóvel, que o administrador esteja vinculado a parcelar o objeto. Nesse sentido, um exame atento dos tipos de objeto licitados pela Administração Pública evidencia que embora sejam divisíveis, há interesse técnico na manutenção da unicidade, da licitação ou do item da mesma. Não é, pois, a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório. Observa-se que, na aplicação dessa norma, até pela disposição dos requisitos, fisicamente dispostos no seu conteúdo, a avaliação sob o aspecto técnico precede a avaliação sob o aspecto econômico. É a visão jurídica que se harmoniza com a lógica. Se um objeto, divisível, sob o aspecto econômico for mais vantajoso, mas houver inviabilidade técnica em que seja licitado em separado, de nada valerá a avaliação econômica."*

5.4. DEFINIÇÃO DA NATUREZA DO OBJETO

Conforme a Lei Federal nº 14.133/2021:

*"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*[...]*

*XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;*

*[...]*

*XVII - serviços não contínuos ou contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;" (g.n)*

Nesse sentido, entende-se que o objeto desse estudo enquadra-se na definição de SERVIÇO COMUM, contratado por escopo.

## 6. ALINHAMENTO ENTRE CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO

Esta contratação também está prevista no Plano de Contratação Anual (PCA) de 2025, conforme Documento de Oficialização de Demanda nº 243200/2025/00008, criado e aprovado aprovado pelo responsável desta DIRBAPE.

## 7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 7.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio da realização da modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

### 7.2. FORMA DE EXECUÇÃO

A execução das atividades deverá estar fundamentada nos serviços contratados, os quais serão avaliados por meio de relatórios mensais, considerando as etapas estabelecidas no **Anexo IV – Cronograma de Execução e Desembolso**. Os pagamentos serão realizados conforme a entrega dos produtos pela empresa e sua aceitação pelo INEA, mediante a apresentação de relatórios que descrevam as atividades desenvolvidas e os resultados alcançados durante a execução do serviço. O prazo para envio dos relatórios à fiscalização do INEA, bem como o prazo para devolução pela equipe técnica, deverá ser definido no Plano de Trabalho a ser apresentado pela empresa.

### 7.3. INFORMAÇÕES CONTRATUAIS

#### 7.3.1. Duração do contrato

O contrato de prestação de serviços terá prazo de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado, sucessivamente, até o máximo de 10 (dez) anos, na forma dos Arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

#### 7.3.2. Garantia contratual

Será adotado o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, na forma do art. 98, da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de proteger a Administração contra possíveis inadimplementos contratuais que possam implicar na paralisação da prestação de serviços.

#### 7.3.3. Possibilidade de subcontratação

Conforme Art. 122 da Lei 14.133/2021, “*Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração*”.

De acordo com o Acórdão TCU 2.002/2005:

*"A subcontratação deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do contrato e desde que não atente contra os princípios constitucionais do processo licitatório, e nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente o da seleção mais vantajosa para a administração".*

No que tange aos serviços objeto da subcontratação, esses não poderão ser os itens especiais do contrato, especialmente aqueles para os quais foram solicitados atestados de capacidade técnica, por ocasião da abertura do certame. (Acórdão TCU nº 3.144/2011-Plenária). Portanto, os serviços que poderão

ser subcontratados deverão ser inequivocamente, complementares ou acessórios, mas não os principais.

Por outro lado, o TCU em sua decisão, aceita a subcontratação desde que a Administração venha a exigir do subcontratado a apresentação dos documentos de habilitação requisitados na licitação, especialmente quanto à regularidade jurídica, idoneidade fiscal, qualificação técnica, econômica e financeira, além do cumprimento no disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal. (Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU. Ed Brasília: TCU 2010).

Nesse contexto, o limite aceito para a subcontratação é a administração quem vai decidir dentro de sua discricionariedade, pautado sempre pelos princípios que regem a administração pública, principalmente os da moralidade e razoabilidade.

Desta forma, será permitida a subcontratação de atividades complementares ou acessórios, desde que estejam dentro dos limites definidos pela Administração, conforme **Anexo VII - Subcontratação** (93956905).

## **7.5. ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA E DE COTA RESERVA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

A exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte não é aplicável. A dispensa da cota reservada tem como base o Artigo 49 da Lei Complementar nº 123/2006, que determina que o tratamento diferenciado para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) não deve ser aplicado quando não for vantajoso para a Administração ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

O Artigo 48, III da LC 123/2006 estipula que a cota reservada deve ser utilizada em licitações para aquisição de bens divisíveis, onde é possível dividir o objeto em partes, no entanto, se o processo licitatório é adjudicado pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, torna-se inviável aplicar a cota reservada. Adicionalmente, se o valor total estimado é superior ao definido no inciso I do artigo 48 da mesma lei, entende-se que a exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte não é aplicável.

## **7.6. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

Será permitida a participação de licitantes em regime de consórcio, na seguinte forma:

As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante o ÓRGÃO LICITANTE pelos atos praticados pelo consórcio, devendo constar expressamente do instrumento os poderes específicos para requerer, assumir compromissos, transigir, discordar, desistir, renunciar, receber e dar quitação, como também receber citação em Juízo.

No consórcio de que participem empresas estrangeiras e brasileiras, a empresa líder deverá ser sempre brasileira. Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.

As empresas consorciadas poderão, todavia, somar os seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no consórcio, para a finalidade de atingir os limites fixados para tal objetivo neste edital.

As empresas consorciadas não poderão participar isoladamente da licitação, nem em qualquer outro consórcio.

## **7.7. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA**

É vedada a participação de cooperativas conforme o que dispõe a Orientação Administrativa PGE n.º 08. A vedação é justificada pela natureza do serviço que será prestado, incompatível com as características das cooperativas, uma vez que as tarefas não seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação com a cooperativa, evitando-se a eventual responsabilidade subsidiária do Poder Público pelo inadimplemento dos encargos trabalhistas, na

forma do Enunciado 331 do TST.

Nesse sentido, foram reiteradas as decisões (Acórdão nº 1815/2003-Plenário, Acórdão nº 307/2004-Plenário que culminaram com a publicação da Súmula nº 281 TCU:

*"É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade."*

Dessa forma, tendo em vista que a natureza do serviço pressupõe subordinação jurídica entre os empregados e o contratado, bem como pessoalidade e habitualidade, será vedada a participação de sociedades cooperativas na presente licitação, uma vez que tais entidades seriam "cooperativas fraudulentas" ou meras intermediadoras de mão de obra.

## **7.8. INCIDÊNCIA DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE**

Há a necessidade de se exigir Programa de Integridade da empresa a ser contratada, conforme estabelecido na Lei Estadual nº 7.753/2017 (a qual dispõe sobre a instituição do Programa de Integridade às pessoas jurídicas que contratarem com a Administração do ERJ) que:

*"Art. 1º - Fica estabelecida a exigência do Programa de Integridade às empresas que celebrarem contrato, consórcio, convênio, concessão ou parceria público-privado com a administração pública direta, indireta e fundacional do Estado do Rio de Janeiro, cujos limites em valor sejam superiores ao da modalidade de licitação por concorrência, sendo R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para obras e serviços de engenharia e R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) para compras e serviços, mesmo que na forma de pregão eletrônico, e o prazo do contrato seja igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias."*

## **7.9. ÂMBITO DA LICITAÇÃO**

A licitação será nacional, uma vez que há uma série de empresas no mercado habilitadas para este tipo de prestação de serviços.

## **7.10. INSTITUCIONAL E LEGAL**

A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto contratado.

Na elaboração do objeto contratado deverão ser observados os documentos abaixo, independente de citação:

- A Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021;
- Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais;
- Normas das concessionárias locais de serviços, Corpo de Bombeiros, SEAP, Vigilância Sanitária, entre outros;
- Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);
- Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego MTE;
- Normas internacionais específicas consagradas, se necessário;
- Lei nº 9605/2018;
- Lei Estadual nº 3467/2000;
- Resolução INEA nº 157/2018;
- Resolução Conama nº 487/2018;
- Resolução Conama nº 489/2018;
- Resolução Conema nº 62/2015;

- Instrução Normativa IBAMA nº 05/2021.

## **8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

O LICITANTE, previamente classificado em primeiro lugar, deverá comprovar capacidade técnica através da apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, nos parâmetros do **Anexo I -Qualificação técnica e equipe mínima**.

O(s) atestado(s) deverá(ão) conter:

- a) Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone).
- b) Local e data de emissão.
- c) Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.
- d) Período de fornecimento.

Cumpre informar que somente serão considerados os atestados em conformidade com o descrito acima. O licitante deverá disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram executadas as atividades.

## **9. OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

Viabilizar a operação do CETAS-Seropédica/RJ e das Áreas de Soltura de Animais Silvestres (ASAS) certificadas no estado, com equipe especializada atuando no recebimento, identificação, marcação, triagem, avaliação, recuperação, reabilitação, destinação, aclimatação, soltura e monitoramento de animais silvestres, além do fornecimento de alimentos, exames laboratoriais e infraestrutura operacional.

## **10. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE**

### **10.1. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes com a que se pretende realizar.

### **10.2. CAPACITAÇÃO DE PESSOAL**

Considerando a natureza do objeto e as condições da contratação, não é necessário que a CONTRATADA promova a capacitação de pessoal da Contratante.

### **10.3. SERVIDORES QUE PARTICIPARÃO DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO A SER CELEBRADO**

Em atendimento ao Art. 117 da Lei Federal 14.133/2021 e ao Art. 7º do Decreto Estadual Nº 48.817/2023, informamos que os integrantes da comissão de fiscalização serão indicados posteriormente, após a formalização do contrato administrativo, para que seja publicada a devida portaria no Diário Oficial.

## **11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

Não existe a necessidade de realizar alterações na estrutura do órgão, ou em outros contratos e/ou serviço de mão-de-obra para que a contratação possa ser efetiva.



Não existe a necessidade de realizar outra contratação para complementar o objeto.

Não existe a necessidade de realizar redução ou aumento de outro contrato anterior.

Não existe a necessidade de realizar capacitação de servidor para poder efetivamente fiscalizar o contrato ou dar continuidade à atividade após o fim do prazo contratual.

## 12. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO SIGILO

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as informações contidas nos presentes Estudos Preliminares DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

## 13. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

A CONTRATADA deverá garantir conformidade com legislações ambientais e adotar práticas sustentáveis, como o uso de espécies nativas, manejo sustentável, compensação de carbono e gestão eficiente de resíduos.

## 14. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo levantou os elementos essenciais que irão compor o Termo de Referência e demonstrou ser viável a contratação demandada, condicionada à implementação das providências discriminadas no presente estudo, cabendo ressaltar que os riscos envolvidos são administráveis e os custos previstos são compatíveis e se caracterizam pela economicidade.

**Atestamos que este Estudo Técnico Preliminar possui todos os elementos e parâmetros indicados nos arts. 7º a 10 do Decreto nº 48.816/2023, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários.**

### EQUIPE DE PLANEJAMENTO

**Andrea Yuri Takitani Miguel de Azevedo**  
Chefe de Serviço  
DIRBAPE/GERFAU/SERVFAUNA  
ID: 4461092-0  
Responsável Técnica

**Bruno Cid Crespo Guimarães**  
Adjunto I  
DIRBAPE/GERFAU/SERVFAUNA  
ID: 5094850-4  
Responsável pela elaboração

**Carina Baldi**  
Chefe de Serviço  
DIREX/GERADL/SERVCOMP  
ID: 5144082-2  
Responsável pela elaboração

Rio de Janeiro, 13 fevereiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Yuri Takitani Miguel de Azevedo, Chefe de Serviço**, em 27/02/2025, às 08:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Cid Crespo Guimarães, Adjunto**, em 27/02/2025, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Pinheiro Gonçalves, Gerente**, em 27/02/2025, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carina Baldi, Chefe de Serviço**, em 10/03/2025, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **93364046** e o código CRC **D6BEAB76**.

Referência: Processo nº SEI-070002/013630/2024

SEI nº 93364046

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312  
Telefone: